

**LEI Nº                   , DE           DE                   DE 2022.**

Revoga a Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que “dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado”.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 1.126, de 2022, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica revogada a Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em           de           de           .  
201<sup>º</sup> da Independência e 134<sup>º</sup> da República.

Senador Rodrigo Pacheco  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional